

CIES e-Working Paper N.º 143/2012

**A introdução dos cursos profissionais nas escolas públicas:
perfil socioeducativo dos alunos**

Alexandra Duarte

CIES e-Working Papers (ISSN 1647-0893)

Av. das Forças Armadas, Edifício ISCTE, 1649-026 LISBOA, PORTUGAL, cies@iscte.pt

Alexandra Duarte é licenciada e mestre em Sociologia e doutoranda em Políticas Públicas pelo Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL). É bolsista de doutoramento da Fundação para a Ciência e Tecnologia, sendo o CIES-IUL a sua instituição de acolhimento. Tem participado em vários projetos de investigação no centro, em temáticas como o trabalho, emprego, sociedade da informação e conhecimento e mais recentemente em educação e políticas públicas.

Resumo

No presente *paper* reflete-se acerca da introdução dos cursos profissionais nas escolas secundárias enquanto medida de política que pretendeu responder a um conjunto de problemas identificados no ensino secundário como as elevadas taxas de abandono e o insucesso escolar e uma oferta educativa pouco diversificada, desconsiderando as diferentes expectativas de públicos escolares também eles diferenciados e impedindo a igualdade de oportunidades.

Através de dados oficiais e de alguns estudos de caso identificam-se também os perfis socioeducativos dos alunos que frequentam esta modalidade educativa e discutem-se questões como a desvalorização e a reprodução social associadas a estas trajetórias escolares.

Palavras-chave: políticas públicas; cursos profissionais; perfis de estudantes; reprodução social, trajetórias escolares.

Abstract

In this paper we reflect on the introduction of professional courses in secondary schools as public policy that sought to respond to some identified problems in secondary education as high rates of school failure and dropout and undiversified educational provision, disregarding the different expectations of differentiated pupils and constraining equal opportunities.

Through official data and some case studies, we also identify the socioeducational profiles of the students who attend this educational route and discuss issues such as social devaluation and social reproduction associated with these educational trajectories.

Keywords: public policy; professional courses; pupil's profiles; social reproduction, educational trajectories.

Notas introdutórias

Devido aos problemas identificados no ensino secundário, considera-se importante compreender o contributo da medida de política de *introdução de cursos profissionais nas escolas secundárias*, implementada através do Decreto-Lei n.º 74/2004, de 26 de março, para a reconfiguração do sistema de ensino; melhoria do aproveitamento escolar; maior diversificação da oferta educativa, respondendo desse modo às expectativas de públicos escolares diferenciados e promovendo uma maior igualdade de oportunidades.

A opção de introduzir cursos profissionais, que desde 1989 apenas eram lecionados em escolas particulares, nas escolas públicas do ensino secundário pretendeu responder, assim, a uma multiplicidade de problemas identificados pelos diversos governos desde a criação da lei de bases do sistema educativo (Lei n.º 46/86, de 14 de outubro).

Em Portugal, a expansão do ensino instituiu-se nos anos 1970, sendo que o aumento de alunos a frequentar o sistema resultou numa diversificação dos públicos escolares.

Vários estudos se têm centrado na temática da escola como uma instituição reprodutora das estruturas sociais. O ensino técnico-profissional é um exemplo dessa realidade, pois os alunos que o frequentam são habitualmente associados, na literatura sobre o tema, a trajetórias escolares e sociais desfavoráveis.

Se a dualização do ensino secundário foi referida como sendo a geradora das desigualdades escolares, a sua posterior unificação não parece ter resultado em diferenças substanciais. Traduziu-se antes numa licealização do ensino secundário, promotora de abandono e insucesso escolares, prejudicando os alunos de origens sociais populares.

Com esta reflexão pretende-se compreender como é que a concretização da medida de generalização dos cursos profissionais afeta os públicos escolares e os seus perfis. Para tal mobilizam-se dados recolhidos através da aplicação de um inquérito por questionário num conjunto de escolas (estudos de caso), analisando-se a trajetória escolar e a origem social dos alunos, comparando-os com a realidade do ensino profissional a nível nacional, análise realizada através dos dados disponibilizados pelo Observatório dos Trajetos dos Estudantes do Ensino Secundário, do Gabinete de Estatística e Planeamento da Educação (OTES-GEPE).

Pretende-se, assim, definir o perfil sociográfico e a trajetória escolar dos alunos que frequentam atualmente os cursos profissionais nas escolas secundárias, em Portugal, comparando com a realidade de onze escolas onde foi possível recolher informação empírica sobre esta realidade.

A hipótese central é que, com a generalização do ensino profissional nas escolas públicas, o perfil de procura desta modalidade educativa pode estar em mudança, apresentando-se mais heterogéneo e diversificado e menos associado ao que habitualmente se vê descrito na bibliografia.

Este *paper* resulta de uma análise feita na tese de doutoramento em políticas públicas, em curso, cujo objetivo central é identificar e refletir acerca dos fatores e variáveis que estão subjacentes à decisão política de introduzir os cursos profissionais nas escolas secundárias, em 2004/2005, e a sua posterior generalização. A pertinência de um capítulo desta índole no conjunto da tese de doutoramento deve-se a duas ordens de fatores, respondendo a dois objetivos diferenciados. Por um lado, importa analisar o perfil dos alunos que frequentam os cursos profissionais nas escolas secundárias, pelo facto de serem o público-alvo da medida de política, sendo para tal importante compreender quem são e que percursos escolares apresentam. Mas a questão fundamental que justifica esta análise remete para:

i) o facto de a formulação da medida em estudo, e também a sua concretização, no âmbito das escolas, se ter efetuado num quadro de uma inexistência de oferta profissionalizante no ensino público, havendo apenas oferta educativa que não atribuía dupla certificação, sendo dominado por um ensino fortemente direcionado para o prosseguimento de estudos;

ii) a existência de um contexto adverso para a implementação de uma medida de política como esta, contexto esse caracterizado por uma perceção pública de preconceito e estigma social associado a esta modalidade de ensino, que se vem perpetuando ao longo do tempo, desde a criação do ensino técnico, e que de alguma forma justificou, durante anos, as opções políticas de renúncia à maior diversificação da oferta educativa na escola pública.

Vários estudos têm apresentado a existência de um perfil de alunos do ensino técnico-profissional de baixos recursos escolares e sociais, o que tem reforçado o preconceito social associado aos cursos profissionais.

Assim, o objetivo central desta reflexão, que se pretende aprofundar e dar origem a um capítulo, é confrontar o perfil hipotético associado ao descrito na bibliografia (Grácio, 1986; Martins e outros, 2005; Madeira, 2006; Cruzeiro e Antunes, 1978; Silva, 1999) e aquele que os dados empíricos, resultantes dos primeiros anos da implementação da medida, permitem verificar.

Considera-se de extrema relevância ter uma base empírica que permita compreender se o perfil dos alunos destes cursos tem correspondência com aquele que é apontado pela bibliografia, ou

se, pelo contrário, com a generalização destes cursos, este perfil tem vindo a diversificar-se e a alterar-se.

Objetivos da análise e metodologia

Para a realização da análise proposta utilizam-se dados oficiais disponibilizados pelo OTES, bem como dados estatísticos primários recolhidos no âmbito de um inquérito por questionário realizado a uma amostra representativa de alunos de onze escolas secundárias.

No que respeita os métodos, tal como supramencionado, foram analisados relatórios produzidos pelo OTES-GEPE (2010) em que é feita uma caracterização dos alunos que frequentam o ensino secundário.¹

Deste modo, e numa perspetiva preliminar, não se recorreu à base de dados propriamente dita, mas antes aos relatórios.

Os relatórios mencionados disponibilizam um panorama e uma caracterização gerais acerca dos alunos que frequentam o sistema de ensino secundário, tanto numa perspetiva dos percursos escolares como no que respeita às origens socioeconómicas dos alunos, vindo de encontro aos objetivos traçados no âmbito do presente trabalho.

Apesar de este texto se basear, sobretudo, nos dados recolhidos, analisados e redigidos no âmbito dos relatórios referidos, considera-se que os dados oficiais do sistema educativo podem ser aprofundados posteriormente, o que permitirá, entre outros aspetos, realizar análises mais aprofundadas dos dados. Nesta primeira fase do trabalho, considera-se que esta análise documental preliminar dos relatórios do OTES é uma forma relevante de aproximação à definição dos perfis dos estudantes do ensino profissional e nesse sentido foi a metodologia selecionada para o efeito.

À parte dessa análise documental de alguns indicadores mais relevantes de caracterização dos alunos do ensino secundário, a nível nacional procedeu-se à recolha e análise de dados de um conjunto de alunos, incluídos no âmbito dos estudos de caso supramencionados. Para tal, consideraram-se onze escolas públicas que oferecem cursos profissionais, e que foram objeto de estudo num projeto de investigação, fora do âmbito da presente tese mas cujos dados foram recolhidos com o objetivo de utilização neste trabalho.

Os dados em causa foram recolhidos em escolas localizadas em diferentes zonas do país, cuja oferta educativa é diversificada, disponibilizando diferentes modalidades de educação e formação.

¹ Foram inquiridos 57,9% dos alunos matriculados, ou seja, dos alunos inscritos no 12.º ano que mostraram disponibilidade para responder (45.472 de um universo de 78.553 alunos), nas várias modalidades educativas.

Com o recurso aos dados estatísticos recolhidos através de inquérito por questionário no ano letivo 2010/2011 foi realizada uma análise estatística descritiva, seguida de uma Análise de Correspondências Múltiplas (ACM), em que é possível fazer uma primeira identificação do perfil dos alunos que frequentam o ensino profissional, por comparação aos alunos matriculados nos cursos científico-humanísticos.

Por um lado, esta análise permitiu identificar quais as trajetórias escolares destes alunos, sobretudo até concluírem o 3.º ciclo do ensino básico, isto é, se os percursos escolares são pautados por elevadas taxas de retenção ou se, pelo contrário, apresentam percursos caracterizados predominantemente por sucesso escolar. Permite, igualmente, definir as suas origens sociais, ou seja, se os estudantes provêm de famílias com poucos recursos educativos e sociais ou se, por outro lado, é possível identificar diferentes perfis, não se associando um padrão específico aos alunos que frequentam os cursos profissionais nestas escolas. Por fim, é possível não só caracterizar o perfil de alunos que frequentam estes cursos, a nível nacional, como comparar com a realidade dos estudos de caso e encontrar (des)semelhanças.

As escolas pertencentes aos estudos de caso, isto é, os estabelecimentos onde os alunos foram inquiridos, são bastante diversificadas. Pela impossibilidade de realizar o estudo num conjunto mais alargado de escolas, selecionou-se uma amostra com base em alguns critérios de diversidade que foram considerados, aquando da realização da investigação supramencionada:

- oferta educativa (escolas com ensino direcionado para o prosseguimento de estudos e com cursos profissionais);
- escolas localizadas em diferentes zonas do país (inseridas em diferentes regiões do país);
- com dimensões diferenciadas (escolas constituídas por um maior ou menos número de alunos);
- com ensino básico e secundário (escolas do ensino secundário e outras também com o ensino básico – 3.º ciclo).

O Quadro 1 caracteriza as escolas em causa.

Quadro 1 Caracterização dos estudos de caso

Escola	Região	Níveis de ensino	Tipo de ensino	Dimensão	Meio social
A	Norte	2.º ciclo, 3.º ciclo e secundário	Prosseguimento de estudos profissionalizante	de e 73 turmas	Meio social menos favorecido
B	Norte	2.º ciclo, 3.º ciclo e secundário	Prosseguimento de estudos profissionalizante Conservatório de Música	de e + 50 turmas	Meio social moderadamente favorecido
E	Lisboa e Vale do Tejo	3.º ciclo e secundário	Prosseguimento de estudos profissionalizante	de e 40 turmas	Meio social menos favorecido
F	Norte	Secundário	Ensino artístico especializado e profissionalizante	de e 44 turmas	Meio social moderadamente favorecido
G	Norte	3.º ciclo e secundário	Prosseguimento de estudos profissionalizante	de e 54 turmas	Meio social menos favorecido
H	Lisboa e Vale do Tejo	3.º ciclo e secundário	Prosseguimento de estudos profissionalizante	de e 60 turmas	Meio social menos favorecido
I	Centro	3.º ciclo e secundário	Prosseguimento de estudos profissionalizante	de e 65 turmas	Meio social moderadamente favorecido
J	Alentejo	3.º ciclo e secundário	Prosseguimento de estudos profissionalizante	de e 27 turmas	Meio social moderadamente favorecido
K	Alentejo	Secundário	Prosseguimento de estudos profissionalizante	de e 40 turmas	Meio social moderadamente favorecido
L	Lisboa e Vale do Tejo	3.º ciclo e secundário	Prosseguimento de estudos profissionalizante	de e 36 turmas	Meio social moderadamente favorecido
M	Norte	3.º ciclo e secundário	Prosseguimento de estudos profissionalizante	de e 60 turmas	Meio social menos favorecido

Fonte: Estudos de caso

Antecedentes da medida de política: uma análise sucinta

A introdução do ensino profissional nas escolas secundárias públicas remete para um conjunto de antecedentes.

Os cursos profissionais, com esta designação, existem desde 1989, aquando da criação das escolas particulares de ensino profissional, pelo então ministro da Educação, Roberto Carneiro. No entanto, falar em ensino profissional implica retroceder no tempo. As suas origens remetem para o antigo ensino técnico, criado no início do século XX, que constituía uma modalidade educativa vocacional, por oposição ao ensino liceal, direcionado para o prosseguimento de estudos de nível superior.

Aquilo que se entende atualmente como sendo o ensino secundário sofreu várias alterações ao longo dos anos, e a compreensão das origens do ensino profissional remete para esses acontecimentos (Grácio, 1986; Parque Escolar, 2010).

Mas do que se trata quando se mencionam os cursos profissionais? Como se podem definir?

É considerada uma modalidade de educação direcionada para a integração no mercado de trabalho, sendo que a sua conclusão permite uma qualificação profissional, inicialmente de nível III e atualmente de nível IV, bem como um diploma de conclusão do 12.º ano de escolaridade, não impedindo o prosseguimento de estudos superiores, mediante o cumprimento dos requisitos.

O ano de 1986, data da criação da lei de bases do sistema educativo (Lei n.º 46/86, de 14 de outubro), é um marco fundamental em qualquer tema que se pretenda estudar na área da educação. Quanto a isso, o ensino profissional não é exceção e, desse modo, este momento é, também, muito relevante no âmbito do presente estudo. É neste ano, com a criação da referida lei, que, pela primeira vez, se menciona num normativo que o ensino secundário para além de ser um nível intermédio de estudos, propedêutico do ensino superior, também representa um grau de escolaridade de preparação para a integração no mercado de trabalho. Assim, a referida lei parece ser um marco fundamental, também no que ao ensino profissional diz respeito, pois é o enquadramento legal em que se define pela primeira vez a *identidade* do ensino secundário, organizando-se “(...) segundo formas diferenciadas, contemplando a existência de cursos predominantemente orientados para a vida ativa ou para o prosseguimento de estudos (...)” (art. 10.º da Lei de Bases da Educação).

O problema das qualificações em Portugal

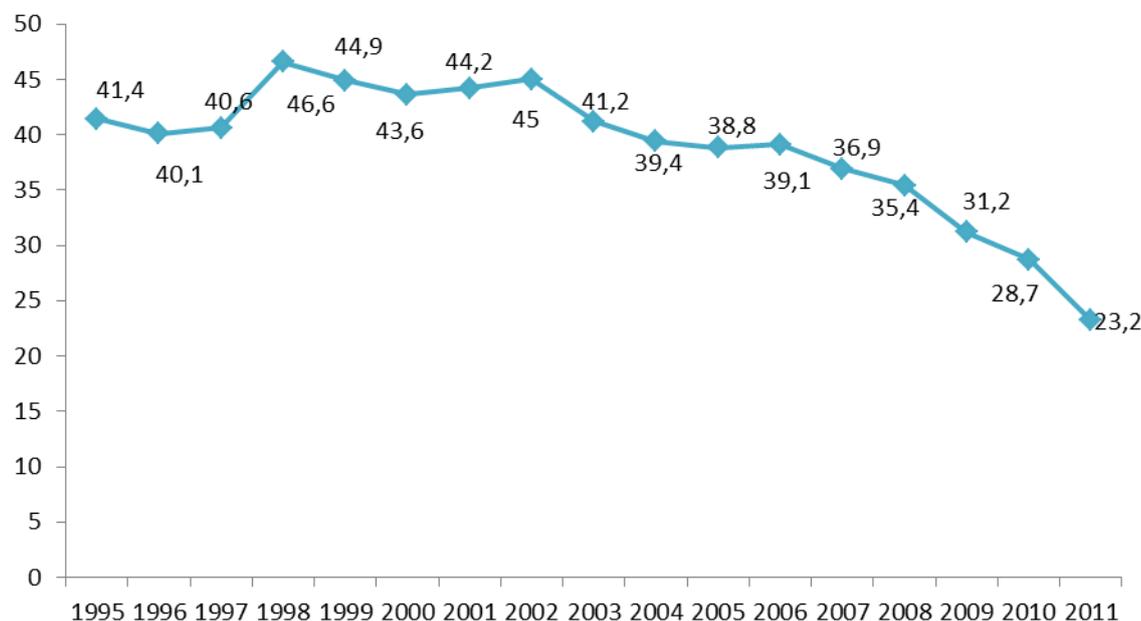
Desde há muito que Portugal se depara com um elevado défice na qualificação da população, seja em idade ativa ou jovem, que abandona o sistema de ensino sem concluir com sucesso o nível de

estudos que frequentam, seja o 3.º ciclo do ensino básico ou o ensino secundário, inserindo-se no mercado de trabalho de forma prematura e desqualificada.

Não obstante a evolução positiva alcançada nos últimos anos, Portugal ainda se encontra numa situação comparativa de desvantagem, designadamente para responder aos desafios e exigências de uma sociedade do conhecimento.

Ainda assim, não pode ser ignorado o esforço que o país tem feito para melhorar a situação (Gomes e Duarte, 2012). Prova disso, é a diferença percentual (1995-2011) de -18,2%. Ou seja, numa década e meia conseguiu-se reduzir em 18,2% a taxa de abandono precoce de educação e formação. Não obstante, verifica-se que, nos primeiros anos em análise, a taxa sofreu algumas flutuações, verificando-se alguns aumentos. O que significa que, em 2003, a taxa de abandono escolar estava muito semelhante à do ano de 1995, sendo que é a partir daquela data que se verificou um decréscimo mais constante e considerável, culminando em 2010, com valores abaixo dos 30%.

Figura 1 Evolução da taxa de abandono precoce de educação e formação, em Portugal

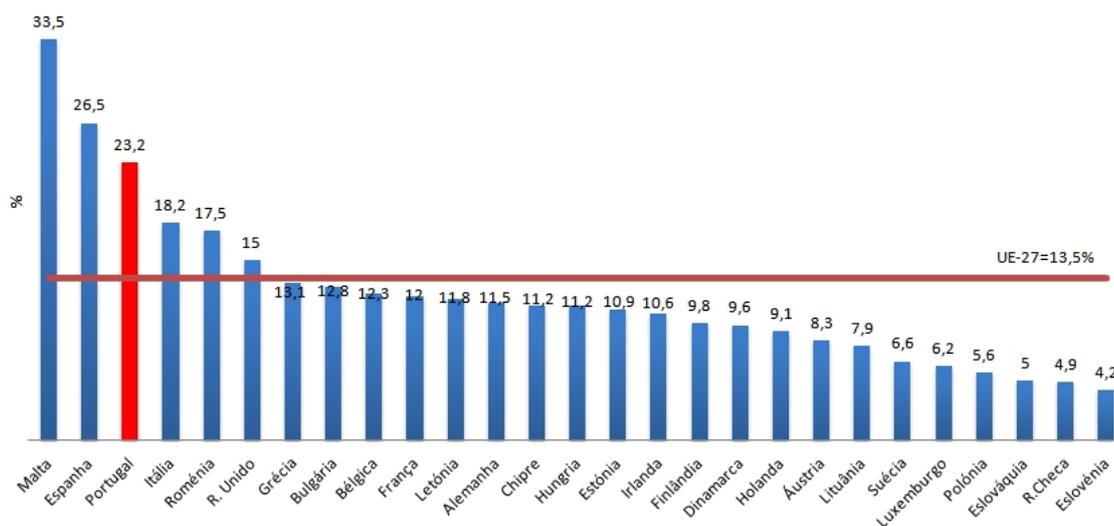


Fonte: Labour Force Survey – Eurostat

Na realidade, o problema do abandono escolar de educação e formação tem sido um dos dilemas com os quais as medidas de política mais se têm debatido e comprometido, no sentido de minorar aquilo que é uma realidade ainda muito elevada em Portugal, quando comparada com um conjunto de países pertencentes à União Europeia. Este aspeto é perfeitamente visível na Figura 2,

em que Portugal surge como o terceiro país da UE (27) com uma taxa mais elevada (23,2%), apenas superada por Malta (33,5%) e Espanha (26,5%).

Figura 2 Abandono escolar precoce de educação e formação² nos países da União Europeia (27) – 2011



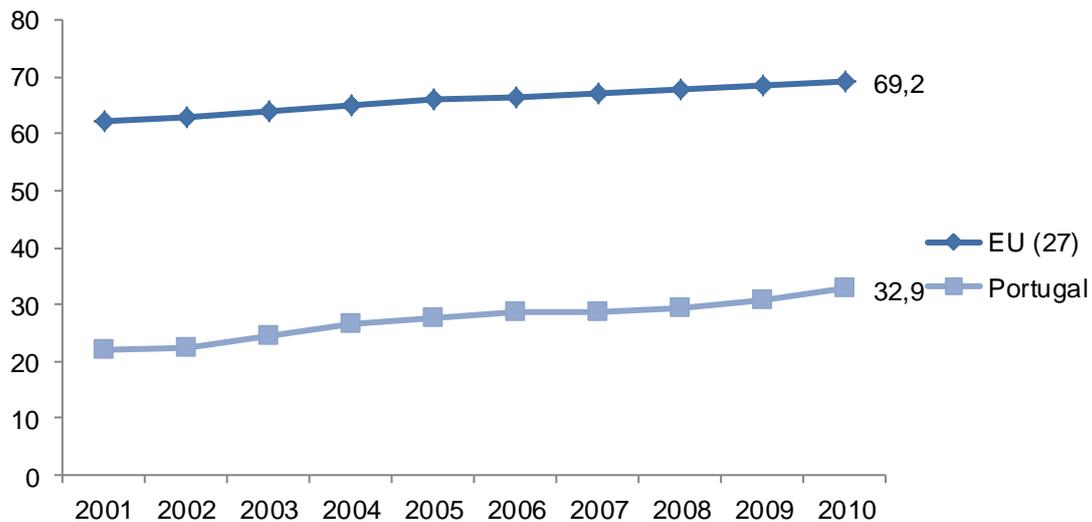
Fonte: Observatório das Desigualdades – Labour Force Survey – Eurostat

A este respeito há muito tempo que a Organisation for Economic Cooperation and Development (OCDE) considera que uma das razões principais para a *performance* económica portuguesa estar aquém de um conjunto de economias mais competitivas se deve, fortemente, a este défice nas qualificações. Assim, de acordo com estimativas efetuadas pela mesma instituição, o PIB português poderia ter aumentado em 1,2% ao ano se, no período entre 1970 e 1990, o nível de habilitações literárias da população fosse equiparado à realidade da média dos países da OCDE (OCDE, 2003).

Em Portugal, a percentagem de população entre os 15 e 24 anos que têm o ensino secundário ou superior é, de facto, diminuta, quando comparada com a média dos países da UE (27) (Figura 3).

² População com idade entre 18 e 24 anos, sem o secundário completo, que completou o 3.º ciclo de escolaridade ou não, e que não inserida em qualquer programa de educação/formação.

Figura 3 Percentagem da população entre os 15 e 64 anos que tem pelo menos o ensino secundário



Fonte: Eurostat

A mesma instituição promovia e continua a considerar o ensino vocacional e a diversificação da oferta educativa no ensino secundário como uma das formas mais eficazes de combater o insucesso e o abandono escolares; melhorar as qualificações; responder à ausência de diversidade da oferta. O número de alunos a frequentar o ensino secundário por via de cursos vocacionais, em que o ensino profissional se integra, era, até há poucos anos, muito diminuto, face à realidade da maioria dos países da UE e da OCDE. Neste caso, mais de 50% dos alunos matriculados no ensino secundário nesses países faziam-no através de vias profissionalizantes (OCDE, 2010).

O mesmo se verificava com os países da OCDE, em que Portugal, a par da Irlanda, era dos países europeus pertencentes àquela organização com um peso mais reduzido de alunos a frequentar o ensino vocacional (European Training Foundation, 2007).

Em 2008, a realidade descrita pela OCDE (2010) era que Portugal continuava a ter cerca de 69% dos alunos matriculados no ensino secundário através de cursos científico-humanísticos, representando as vias profissionalizantes apenas uma percentagem de 31%. A realidade da média da União Europeia era de 52,9% de inscritos nos cursos vocacionais e, no caso da OCDE, de 47%.

A este respeito, a OCDE não tem sido a única instância internacional a fazer este tipo de recomendações. Ainda recentemente, a Comissão Europeia referiu a necessidade de incentivar a opção do ensino profissional no nível secundário (Comissão Europeia, 2010). O próprio processo de Copenhaga explicitava a necessidade de diversificação do ensino, sendo um exemplo concreto de uma preocupação em desenhar uma estratégia europeia para a melhoria da educação e formação dos

indivíduos, tal como ficou especificado e objetivado na Estratégia de Lisboa, em 2000, e reforçado na Estratégia Europa 2020. Assim, as sucessivas recomendações internacionais que vinham sendo proferidas a Portugal, no sentido de tornar o ensino secundário mais diversificado e atractivo, respondiam ao objetivo definido na Estratégia de Lisboa de, em 2010, no espaço europeu, 85% da população com 22 ter o ensino secundário completo. Ou seja, esta ideia encontra-se consonante com a medida de política de alargamento da escolaridade obrigatória até aos 18 anos, isto é, a promoção do ensino secundário como patamar mínimo de qualificação dos portugueses.

O ensino profissional e a questão da reprodução social

Vários estudos, na Sociologia da Educação, se têm debruçado sobre a questão das desigualdades sociais e escolares e o efeito que a primeira tem na segunda. A teoria da reprodução social desenvolvida por Pierre Bourdieu e Jean-Claude Passeron (1970) é um exemplo. Estas teorias consideram a articulação entre resultados escolares e origem social dos alunos, colocando como ponderadores os efeitos internos das escolas (cultura escolar) e os fatores externos (cultura familiar), sendo a descoincidência entre estes dois níveis que, de alguma forma, pode explicar as desigualdades escolares identificadas nos alunos de classes sociais populares. Nesta perspetiva teórica, os mecanismos escolares tendem a assegurar a reprodução das desigualdades, em vez de contornarem e atenuarem as mesmas. Bernstein (1964) remete para as questões do capital linguístico, isto é, explica as desigualdades nos resultados escolares pela descoincidência, muitas vezes existente, entre a linguagem das crianças de classes sociais mais desfavoráveis e a linguagem produzida nas escolas, ou seja, as crianças de classes médias têm um código linguístico mais elaborado, o que lhes permite uma maior aproximação às ideias abstratas desenvolvidas em meio escolar. O mesmo não se verifica nas crianças de classes sociais mais baixas.

Apesar da centralidade que estas conceções teóricas continuam a ter e a verificação empírica que estes estudos ainda possam demonstrar, o que se verifica é que existe um conjunto de outras análises que pretendem enfatizar e desenvolver uma componente explicativa do sucesso escolar em meios sociais ditos improváveis (Lahire, 2008), sendo que muitas dessas observações se centram, atualmente, na lógica da ação das escolas e dos seus atores, isto é, nas estratégias que os atores escolares desenvolvem no sentido de promover maior ou menor igualdade de oportunidades, tendo um papel fundamental nos processos de segregação social (Maroy, 2004). A este respeito, a escola pública, os seus professores e elementos dirigentes podem ter um papel fundamental, designadamente favorecendo ou não a reprodução das diferenças de origem dos alunos. As estratégias de constituição de turmas segundo o aproveitamento escolar, a introdução de

determinados alunos em turnos específicos, sendo lecionados por professores concretos, passando pelas estratégias das famílias na seleção das escolas onde inscrevem os seus filhos são apenas alguns dos exemplos mais visíveis que resultam, de alguma forma, da flexibilização que o sistema de ensino permite e das estratégias que os agentes educativos podem levar a efeito, no decurso dos percursos escolares dos alunos.

Neste contexto, parece consensual que a escola pública e o ensino secundário público em Portugal constituem um desafio enorme, nomeadamente no que respeita ao conceito de igualdade de oportunidades e de equidade.

Assim sendo, a introdução de cursos profissionais nas escolas públicas parece ser uma medida de política que mais do que responder à questão da igualdade de oportunidades – disponibilizar o acesso à escolarização a um conjunto amplo de alunos, não considerando, no entanto, as suas diferenças – tende a deslocalizar a preocupação política para a questão da equidade, isto é, a disponibilizar diferentes alternativas e estratégias (meios) para que todos possam atingir os mesmos fins (sucesso escolar) (Seabra, 2009). Deste modo e na sequência destes estudos, os governos deslocam a sua ação de uma lógica de igualdade para uma lógica de equidade. Ou seja, a distribuição de recursos deve ser diferenciada em função das diferentes necessidades, tendo como objetivo último o acesso e, sobretudo, o sucesso escolar de um maior número de alunos.

Com o aumento de alunos a frequentar o sistema educativo, começaram a realizar-se vários estudos empíricos que apontam a escola como uma instituição social, que, ao contrário de esbater as desigualdades sociais, as reforça e fortalece (Bourdieu e Passeron, 1970). Aliás, é a partir dos anos 1960, mas especialmente nos anos 1970, que vários estudos evidenciam que, apesar de todos terem as mesmas condições de acesso, os alunos de condições sociais e etnias diferentes apresentavam *performances* educativas diferenciadas (Seabra, 2009).

Nos vários estudos mencionados existe um aspeto recorrente, o de que o ensino técnico profissional foi sendo considerado, ao longo dos tempos, um ensino de segunda escolha e frequentado, de uma maneira geral, por um perfil de alunos cujos trajetos e percursos escolares são, sobretudo, pautados por insucesso, tendo estes estudantes origens socioeconómicas também mais desfavoráveis.

Apesar da realidade descrita e devido ao desprestígio social que tem sido associado a esta oferta educativa (Neves, 2011), a oferta desses cursos nas escolas particulares representou, ano após ano, cerca de 50% da procura (Azevedo, 1994), ficando deste modo cerca de metade dos alunos sem vaga para os frequentar. Esta situação afigurava-se como um desafio político enorme, sobretudo considerando que o financiamento dessas escolas estava no seu término (Justino, 2006), sendo que para tal seria necessário encontrar uma alternativa política.

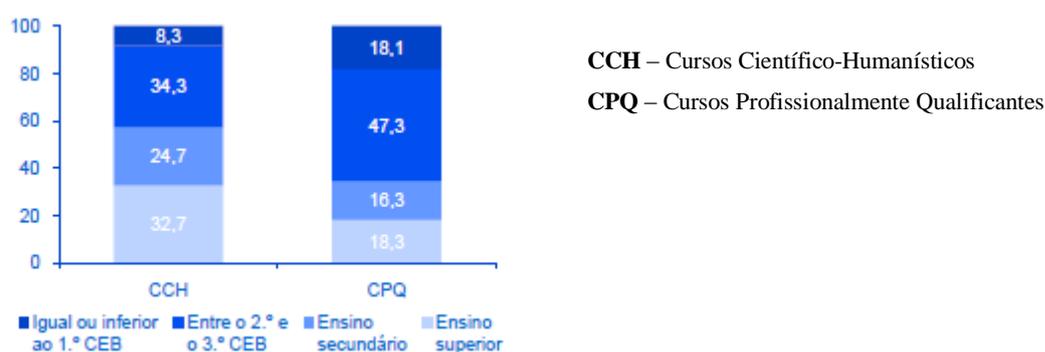
A origem social dos alunos dos cursos profissionalmente qualificantes: uma análise com base nos dados do OTES

Uma das questões de pesquisa subjacentes à tese em desenvolvimento remete justamente para a identificação e compreensão dos perfis dos alunos que frequentam na atualidade estes cursos, tendo como hipótese de partida que ao alargamento e generalização destes cursos corresponderá uma mudança de perfis de procura destes cursos, não sendo apenas frequentado por um padrão de alunos caracterizado pela bibliografia, mas antes numa maior diversidade de públicos.

Para tal, e como já foi explicitado, pretende-se fazer uma análise preliminar dos dados do OTES.

Começando pela caracterização social do grupo de origem dos alunos, e tendo como referência a variável grau de escolaridade, verifica-se que os alunos dos cursos profissionalmente qualificantes tendem a provir de famílias cujas qualificações escolares parecem ser mais baixas, sendo que 47,3% dos alunos têm pais com um grau de escolaridade entre o 2.º e o 3.º ciclo do ensino básico. No caso dos alunos que frequentam cursos científico-humanísticos denota-se um menor peso de famílias com nível de habilitações entre o 2.º e o 3.º ciclo (34,3%) e um peso superior de famílias detentoras de um diploma de ensino superior (32,7%) (Figura 4).

Figura 4 Tipo de certificação do curso, segundo o nível de escolaridade dominante na família



Fonte: Questionário OTES/GEPE 2009/2010

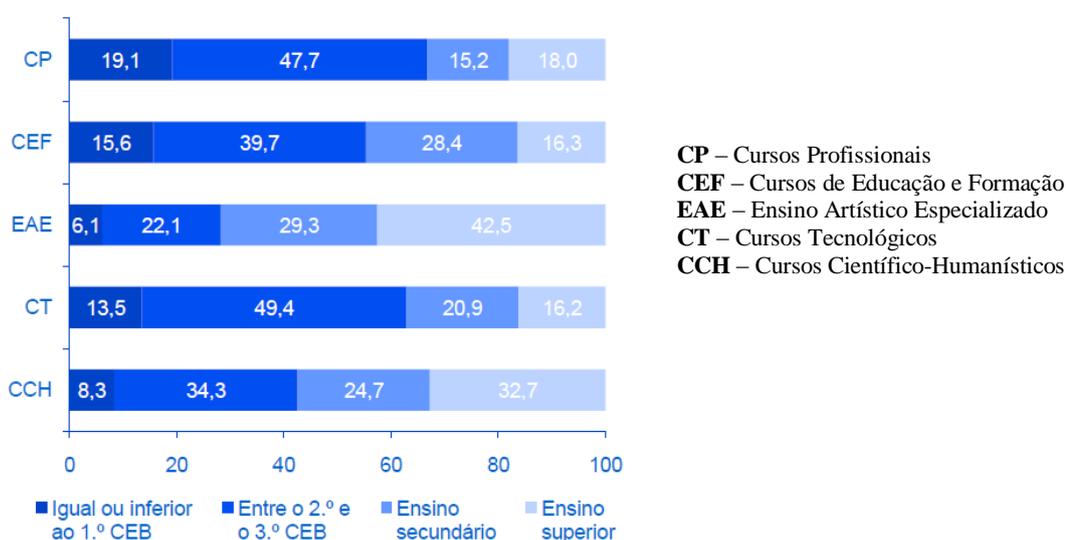
A realização de uma análise desagregada dos cursos profissionalmente qualificantes permite identificar quais as qualificações escolares dominantes da família desses alunos.

As famílias dos alunos dos cursos profissionais têm, tendencialmente, habilitações literárias mais baixas do que as famílias dos alunos dos cursos científico-humanísticos. Veja-se que apenas 18% dos alunos têm famílias com o ensino superior, sendo que a percentagem aumenta para 32,7%

quando se trata de cursos científico-humanísticos. Cerca de 67% dos alunos têm pais cujo grau de escolaridade não vai além do 3.º ciclo do ensino básico.

Os dados parecem indicar uma tendência para que os alunos que frequentam cursos profissionalmente qualificantes e profissionais, em particular, sejam oriundos de famílias detentoras de menores recursos escolares do que aqueles que frequentam os cursos gerais ou de prosseguimento de estudos. A verificar-se esta realidade, continua a assistir-se a uma reprodução das desigualdades sociais.

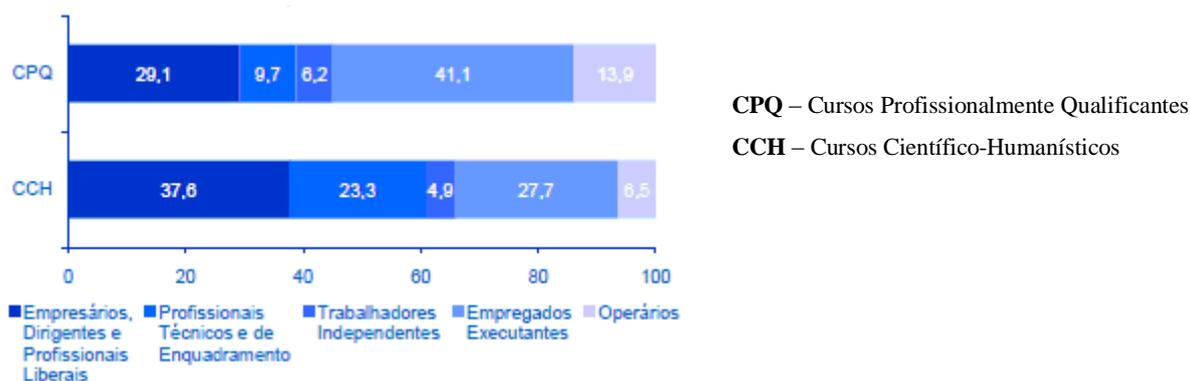
Figura 5 Modalidade frequentada segundo o nível de escolaridade dominante da família



Fonte: Questionário OTES/GEPE 2009/2010

Em termos de condição socioeconómica da família dos estudantes verifica-se que, uma vez mais, a realidade descrita anteriormente volta a ser reforçada através da leitura deste indicador. Os alunos dos cursos profissionalmente qualificantes são oriundos de classes sociais dos empregados executantes, em 41,1% dos casos, profissões associadas a menor prestígio e menores condições remuneratórias, seguindo-se os empresários, dirigentes e profissionais liberais (29,1%), sendo que também os operários têm um peso considerável (13,9%).

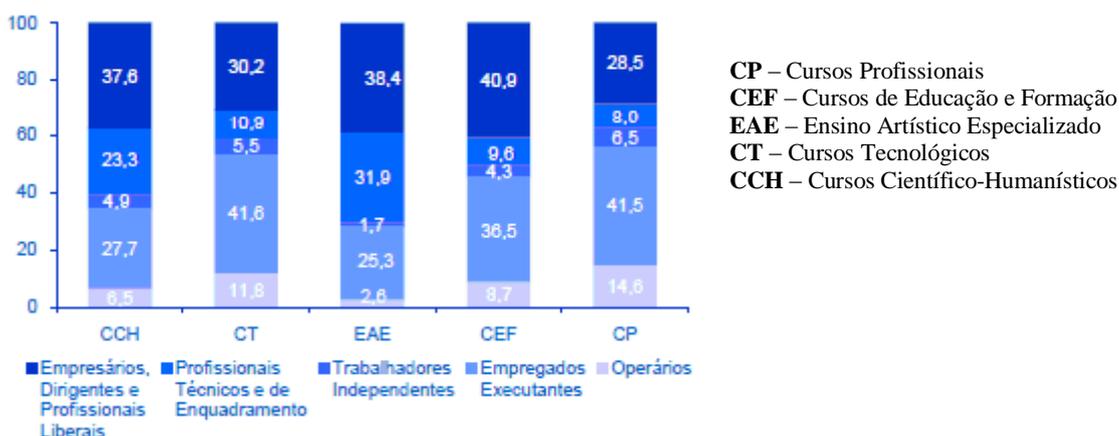
Figura 6 Tipo de certificação do curso, segundo a origem socioprofissional



Fonte: Questionário OTES/GEPE 2009/2010

Uma vez mais, através dos dados do OTES é possível observar a realidade dos cursos profissionalmente qualificantes de forma desagregada, o que permite identificar que parte considerável dos alunos que frequentam estes cursos (41,5%) tem origem nos empregados executantes, seguindo-se, apesar de tal, os empresários, dirigentes e profissionais liberais (28,5%) e depois os operários (14,6%).

Figura 7 Modalidade frequentada atualmente, segundo a origem socioprofissional

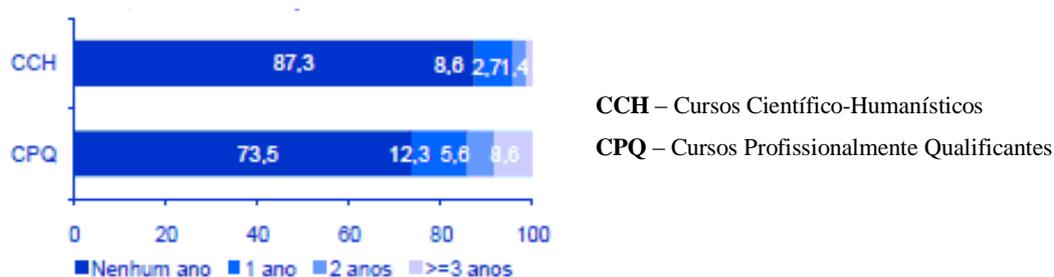


Fonte: Questionário OTES/GEPE 2009/2010

Trajetória escolar dos alunos dos cursos profissionalmente qualificantes: caracterização segundo os dados do OTES

Um dos indicadores que se consideram relevante para analisar o trajeto escolar dos alunos que frequentam cursos profissionais é o número de anos de desvio anual no trajeto do ensino secundário. A este respeito, o que se verifica é que, se a maioria dos casos dos alunos não apresenta qualquer desvio, logo têm um percurso pautado pela linearidade e sucesso escolares, o que se verifica é que os alunos que frequentam cursos profissionalmente qualificantes, ainda assim, são os que apresentam um maior número de desvios anuais, sendo que cerca de 12,3% apresentam um ano de atraso, e 8,6% dos casos, três anos ou mais, representando esta percentagem nos alunos dos cursos científico-humanísticos 1,4% dos casos.

Figura 8 Número de anos de desvio anual no trajeto pelo secundário, segundo o tipo de certificação do curso



Fonte: Questionário OTES/GEPE 2009/2010

Estes dados disponibilizam informação por modalidade frequentada, isto é, pelo curso específico, o que permite constatar que, de facto, a incidência de desvios está relacionada com o tipo de curso que se frequenta. Por um lado, verifica-se que os alunos dos cursos científico-humanísticos são os que têm um percurso escolar menos sinuoso; por outro, os estudantes dos cursos profissionais apresentam mais desvios, 11,4% destes alunos apresentam um desvio de um ano; 5,4%, dois anos; e 9,1%, três ou mais anos (Quadro 2).

Quadro 2 Número de anos de desvio anual no trajeto pelo secundário, segundo a modalidade frequentada

	Nenhum ano	1 ano	2 anos	>=3 anos	Total
CCH	87,3	8,6	2,7	1,4	100
CT	72,9	16,8	4,8	5,5	100
EAE	75,1	16,7	5,8	2,4	100
CEF	30,5	23,4	32,6	13,5	100
CP	74,1	11,4	5,4	9,1	100

CP – Cursos Profissionais
CEF – Cursos de Educação e Formação
EAE – Ensino Artístico Especializado
CT – Cursos Tecnológicos
CCH – Cursos Científico-Humanísticos

Fonte: Questionário OTES/GEPE 2009/2010

Se se quiser analisar o desempenho escolar de acordo com as origens sociais de forma a testar a teoria da reprodução social, verifica-se que, apesar de existir uma relação entre estas duas variáveis, existem menos incidências de desvios em alunos cujas famílias são detentoras de graus de escolaridade mais elevados. Ainda assim, o que o quadro nos indica é que esta relação não parece ser muito forte, pois independentemente das qualificações escolares dos pais, a grande maioria dos alunos tem trajetórias escolares sem repetições. Assim, apesar de existir algum grau de reprodução, não pode ser ignorado o facto de esta relação não ser muito forte ou existir um conjunto considerável de trajetórias escolares bem-sucedidas, mesmo nos alunos de famílias cujos capitais escolares são reduzidos (Lahire, 2008; Sebastião, 2009; Seabra, 2009; Abrantes, 2003).

Quadro 3 Número de anos de desvio anual no trajeto pelo secundário, segundo o nível de escolaridade dominante na família

	Nenhum ano	1 ano	2 anos	>=3 anos	Total
Igual ou inferior ao 1.º CEB	80,9	10,4	4,2	4,5	100
Entre o 2.º e o 3.º CEB	82,3	10,6	3,8	3,5	100
Ensino secundário	83,4	9,5	4,0	3,1	100
Ensino superior	84,0	8,7	3,1	4,2	100

Fonte: Questionário OTES/GEPE 2009/2010

Perfis de trajetórias escolares e origens sociais dos alunos dos cursos profissionais: os estudos de caso

Nos estudos de caso foi possível fazer uma análise do perfil dos alunos (tanto em termos de origens sociais como de trajetórias escolares) que frequentam os cursos profissionais por comparação aos alunos dos cursos científico-humanísticos.

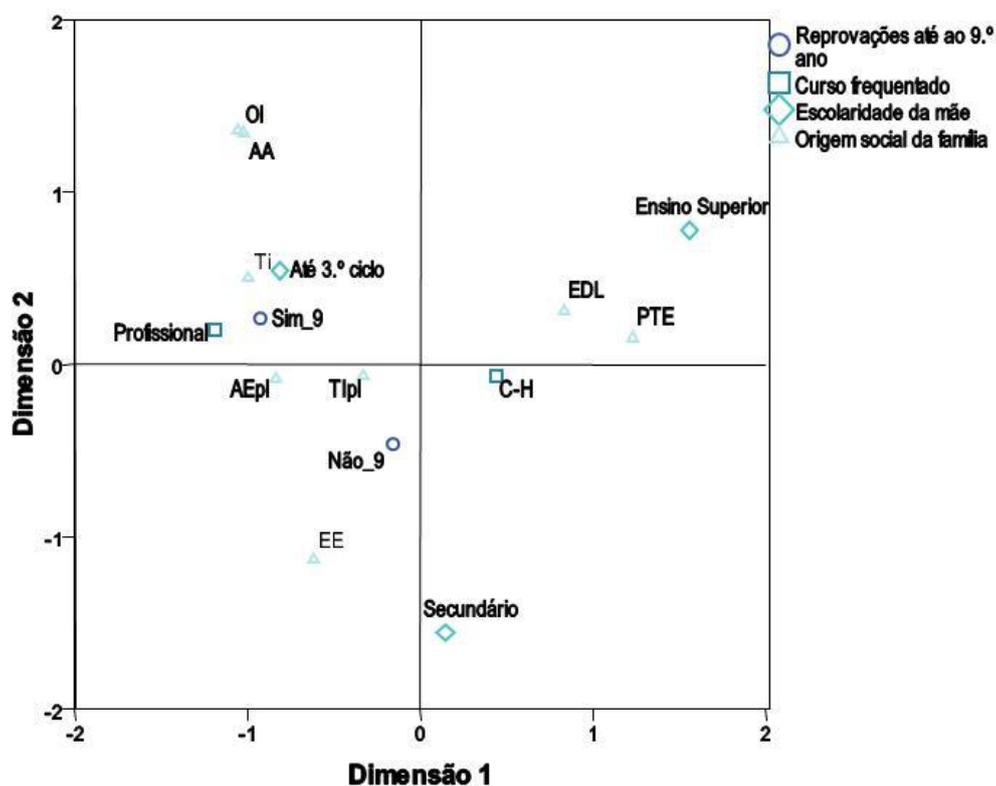
O que se verifica é que existe, ainda, uma tendência para os alunos dos cursos profissionais estarem associados a percursos escolares mais sinuosos, pautados por algum insucesso escolar, consubstanciado em episódios de reprovações até ao 9.º ano de escolaridade.

Ainda que tal possa ser considerado, o plano que se apresenta em seguida demonstra que o trajeto escolar dos alunos não é a variável mais explicativa na escolha do curso. Prova disso é que a categoria de resposta “não reprovou até ao 9.º ano” está relativamente afastada das restantes, não se associando a nenhum perfil em particular.

Por outro lado, a classe social da família e o nível de habilitações literárias da mesma continua a deter um peso considerável no tipo de curso que os educandos escolhem. Veja-se a

proximidade das categorias de resposta curso científico-humanísticos com as categorias EDL e PTE e nível de habilitações superior, demonstrando bem a forte relação entre a escolha de um curso científico-humanístico e as classes sociais mais favorecidas (Figura 9).

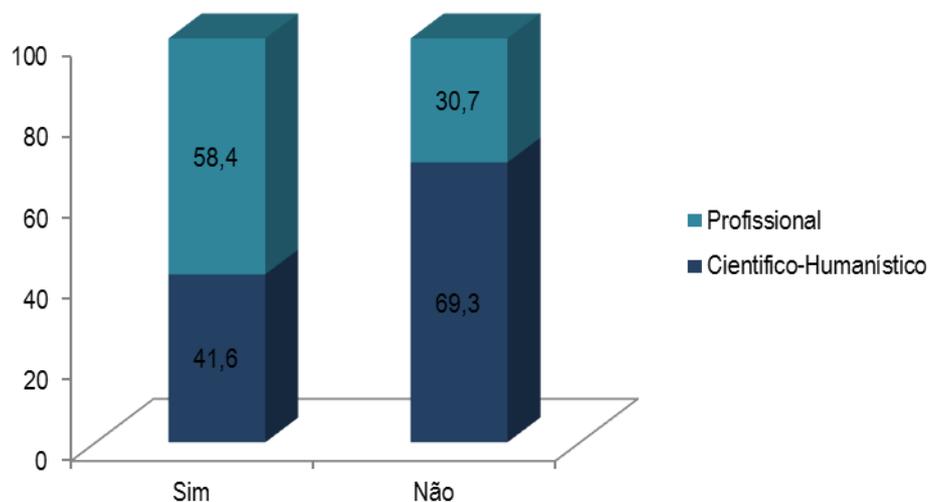
Figura 9 Plano do perfil das trajetórias escolares e origem social dos alunos do ensino secundário dos estudos de caso



Fonte: Dados recolhidos através de um inquérito por questionário num conjunto de 11 estudos de caso

Uma vez que este plano, com o conjunto de variáveis que se apresenta, demonstra claramente o maior peso que a classe social tem quando comparado com o trajeto escolar, no que respeita à decisão do tipo de curso frequentado no ensino secundário, optou-se por fazer uma análise bivariada incluindo apenas o tipo de curso e a existência ou não de reprovações até ao 9.º ano de escolaridade (Figura 10).

Figura 10 Percentagem de alunos segundo a existência de reprovações até ao 9.º ano, por tipo de curso frequentado



Fonte: Dados recolhidos através de um inquérito por questionário num conjunto de 11 estudos de caso

O que é possível observar através da figura mencionada é uma tendência para os alunos que apresentam reprovações até ao 9.º ano frequentarem em maior percentagem cursos profissionais do que no caso da inexistência de reprovações. Deste modo, parece existir uma relação entre a (in)existência de reprovações no ensino básico e a escolha do tipo de curso a frequentar no ensino secundário.³ Se, por um lado, os alunos que não apresentam reprovações acabam por frequentar numa grande percentagem cursos científico-humanísticos (69,3%), existe uma diferença menor quando é referida a existência de reprovações, sendo que 58,4% frequentam atualmente um curso profissional e 41,6% um curso científico-humanístico.

Ainda que se identifique esta tendência, não deve ser ignorada a percentagem de alunos que, apesar de apresentarem um trajeto de sucesso escolar até ao 9.º ano, optaram por prosseguir o ensino secundário pela via profissional (30,7%). Esta percentagem de alunos demonstra que os cursos profissionais não correspondem apenas como uma alternativa para os estudantes com repetências, mas antes uma direção viável e plausível num conjunto diversificado de alternativas de conclusão do ensino secundário, sendo antecedente para a vida ativa ou antes preparatório para prosseguir estudos no ensino superior.

³ ($X^2(1)=27.966, p<0,001$).

Considerações finais

Da análise realizada aos dados estatísticos oficiais e aos recolhidos no âmbito dos estudos de caso é possível constatar que se continua a verificar alguma associação entre os alunos dos cursos profissionais e trajetórias escolares caracterizadas por algum insucesso escolar. Ainda assim, já existe uma percentagem relevante de alunos com sucesso escolar que optam por cursos profissionais, o que de alguma forma vem corroborar a hipótese de que o perfil de procura destes cursos é passível de mudança, sobretudo num contexto de generalização destes cursos.

Para além disso, os alunos do profissional têm tendencialmente origens sociais mais desfavoráveis do que os seus colegas dos cursos científico-humanísticos:

- as famílias dos alunos dos cursos profissionais têm habilitações literárias mais reduzidas do que as famílias dos estudantes dos cursos científico-humanísticos (tanto a nível nacional como nos estudos de caso);
- o número de anos de desvio anual face ao que é expectável e as reprovações até ao 9.º ano ocorrem em maior número nos alunos que estão a frequentar o ensino profissional. Isto revela que estes têm mais episódios de reprovações/repetições do que os seus pares dos cursos científico-humanísticos;
- parte considerável dos alunos que frequentam estes cursos provém de famílias ligadas a ocupações menos qualificadas, tais como operariado, os empregados executantes e menos associados aos empresários, dirigentes e profissionais liberais, bem como aos profissionais e técnicos de enquadramento, categorias mais presentes nos familiares dos alunos de cursos científico-humanísticos;
- apesar de se considerar que esta tendência pode estar em mudança, continua a assistir-se a um perfil de alunos a frequentar estes cursos tendencialmente diferente do dos estudantes dos cursos de prosseguimento de estudos, tendo os primeiros trajetos escolares mais sinuosos do que os segundos e procedendo de classes sociais mais baixas. Ainda assim, esta associação não é totalmente constatável, existindo um conjunto assinalável de alunos que contrariam esta tendência geral.

Referências bibliográficas

- Abrantes, P. (2003), “Identidades juvenis e dinâmicas de escolaridade”, *Sociologia Problemas e Práticas*, 41, pp. 93-115.
- Amado, C. (1998), “A escola única em Portugal: do debate doutrinal nos anos 20 e 30 às realizações democráticas”, em M. C. Proença (org.), *O Sistema de Ensino em Portugal, Séculos XIX-XX*, Lisboa, Edições Colibri, pp.87-110.
- Azevedo, J. (1994), *Avenidas da Liberdade: Reflexões sobre Política Educativa*, Porto, Edições ASA.
- Azevedo, J. (org.) (2003), *O Ensino Profissional em Portugal*, Porto, ANESPO.
- Bernstein, B. (1964), “Elaborated and restricted codes: their social origins and some consequences”, *American Anthropologist*, 66, pp. 55-69.
- Bourdieu, P., e J. C. Passeron (1970), *La Reproduction*, Paris, Éditions Minit.
- Comissão Europeia (2010), *Communication from the Commission to the European Parliament, the Council, the European Economic and Social Committee and the Committee of the Regions : a new impetus for European cooperation in vocational education and training to support the Europe 2020 strategy*, Bruxelas, Comissão Europeia.
- Cruzeiro, M. E., e M. L. M. Antunes (1978), “Ensino secundário: duas populações, duas escolas”, *Análise Social*, XIV (55), pp. 443-502.
- Fundação Europeia para a Formação (2007), *Secondary education in OECD countries: common challenges, different solutions: Seminário Internacional sobre Ensino Médio Diversificado*, Brasília, Brasil.
- GEPE (2010), *Estudantes à Saída do Secundário – 2009/2010*, Lisboa, GEPE.
- Gomes, M. C., e A. Duarte (2012), “Políticas públicas de educação e formação”, em M. L. Rodrigues e A. P. Silva (orgs.), *Políticas Públicas em Portugal*, Lisboa, INCM, pp. 349-358.
- Grácio, S. (1986), *Política Educativa como Tecnologia Social: as Reformas do Ensino Técnico de 1948 e 1983*, Lisboa, Livros Horizonte.
- Justino, D. (2006), *A Reforma do Ensino Secundário*, Porto, Porto Editora.
- Lahire, B. (2008), *Sucesso Escolar nos Meios Populares: as Razões do Improvável*, São Paulo, Editora Ática.
- Madeira, M. H. (2006), “Ensino profissional de jovens: um percurso escolar diferente para a (re)construção de projetos de vida”, *Revista Lusófona de Educação*, 7, pp. 121-141.
- Maroy, C. (org.) (2004), *Regulation and Inequalities in European Education Systems – Final Report*, consultado a 07 de Junho de 2012 em http://www.uclouvain.be/cps/ucl/doc/girsef/documents/reguleducnetwork_VF_10dec041.pdf.

- Martins, A. M., e L. A. Pardal, C. Dias (2005), “Ensino técnico e profissional: natureza da oferta e da procura”, *Interações*, 1, pp. 77-97.
- Neves, A. O. das (org.) (2011), *Avaliação Externa do Impacto da Expansão dos Cursos Profissionais no Sistema Nacional de Qualificações*, IESE.
- OCDE (2010), *Education at a Glance 2010*, Paris, OCDE.
- OECD (2003), *Economic Surveys: Portugal 2003*, OECD Publishing.
- Parque Escolar (2010), *Liceus, Escolas Técnicas e Secundárias*, Lisboa, Parque Escolar.
- Rodrigues, M. L. (2010), *A Escola Pública Pode Fazer a Diferença*, Coimbra, Almedina.
- Seabra, T. (2009), “Desigualdades escolares e desigualdades sociais”, *Sociologia Problemas e Práticas*, 59, pp.75-106.
- Sebastião, J. (2009), *Democratização do Ensino, Desigualdades Sociais e Trajetórias Escolares*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- Silva, C. G. da (1999), *Escolhas Escolares, Heranças Sociais*, Oeiras, Celta Editora.

Lista de siglas

- AA – Assalariados Agrícolas
 ACM – Análise de Correspondências Múltiplas
 AEpl – Assalariados Executantes Pluriativos
 CCH – Cursos Científico-Humanísticos
 CEB – Ciclo do Ensino Básico
 CEF – Cursos de Educação e Formação
 CP – Cursos Profissionais
 CPQ – Cursos Profissionalmente Qualificantes
 CT – Cursos Tecnológicos
 EAE – Ensino Artístico Especializado
 EDL - Empresários, Dirigentes e Profissionais Liberais
 EE – Empregados Executantes
 TI – Trabalhadores Independentes
 TIpl – Trabalhadores Independentes Pluriactivos
 UE – União Europeia
 OCDE - Organisation for Economic Cooperation and Development
 OI – Operários Industriais
 OTES - Observatório dos Trajetos dos Estudantes do Ensino Secundário
 PTE – Profissionais Técnicos e de Enquadramento